

Dívida da Capital é bomba-relógio para 2000

Secretário de Finanças diz que Prefeitura poderá rolar entre 95% e 98% de seus títulos até final do milênio, mas "fatura" terá de ser paga de uma só vez pelo sucessor do prefeito a ser eleito este ano

ROLF KUNTZ

A Prefeitura de São Paulo poderá rolar até o ano 2000 uma parcela entre 95% e 98% de sua dívida em títulos, como está fazendo neste ano, avalia o secretário de Finanças, José Antônio de Freitas. Por isso, afirma, o próximo prefeito não terá problema com a herança de R\$ 4,2 bilhões em papéis do Tesouro Municipal nem com a maior parte da dívida contratual, consolidada em 1993 e renegociada para pagamento em 25 anos. Seria um esquema perfeito, se o mundo acabasse em 2001.

Faltam só quatro anos e meio e

não há previsão de juízo final no início do século. Logo, o sucessor do prefeito a ser escolhido este ano terá de enfrentar de uma vez uma dívida gigantesca, se um novo arranjo não tiver sido feito até lá. Está-se tentando esse arranjo, informa o secretário. A idéia é refinar a dívida com empréstimos externos, isto é, convertê-la em moeda estrangeira e jogá-la para a frente, se possível, por 25 anos. Há bancos interessados, afirma, entre eles um japonês. Mas, por enquanto, só há um começo de sondagem: a resolução do Banco Central que permite a captação de dinheiro externo saiu há cerca de 15 dias.

Não haverá aval da União para esses empréstimos. A garantia será a receita da Prefeitura, por meio de papéis custodiados no banco nacional que participar da operação. O título terá poder liberatório, isto é, será resgatável imediatamente, se não for pago no vencimento.

Fora da conta — O estoque atual da dívida em títulos é R\$ 4,24 bilhões. Desse bolo, R\$ 615 milhões são papéis em tesouraria, retirados, portanto, de circulação. Seria correto, segundo o secretário, subtraí-los do valor da dívida, neste momento. Mas, como não estão vencidos, poderão ser novamente lançados. Está previsto para este ano o vencimento de R\$ 627 milhões. Uma parte foi rolada no primeiro semestre. Faltava cuidar de R\$ 414,7 milhões até o fim do ano.

A expectativa, segundo José Antônio de Freitas, é amortizar só 2% do total e empurrar o resto para diante. A previsão é de R\$ 724,8 milhões para 1997, primeiro ano do próximo mandato. O novo prefeito, segundo ele, poderá também amortizar entre 2% e 5% do valor, emitindo papéis para rolar o resto. Qual a garantia?

É a Emenda Constitucional nº 3, que define as condições de rolagem, permitindo limitar a amortização a 12% da receita líquida. A condição só poderá ser mudada por outra emenda, e isso é improvável, segundo o secretário, por causa do endividamento de alguns Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Estados nessas condições, argumenta, seriam muito mais afetados que o Município de São Paulo. A Prefeitura, diz José Antônio de Freitas, tem tido superávit

e poderia, se necessário, amortizar a dívida. No ano passado, houve um superávit corrente de R\$ 1,03 bilhão. Para este ano está prevista uma sobra de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Investimentos, porém, têm consumido mais que o excedente. Neste ano, calcula-se investir R\$ 2 bilhões.

Obras — Isso é possível somente com mais dívidas. O investimento vem sendo financiado principalmente com empréstimos da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No ano passado, foram tomados US\$ 300 milhões para canalização de 13 córregos. Ainda este mês, em princípio no dia 11, deve ser assinado novo contrato com o BID para o Projeto Cingapura. O banco deverá fornecer US\$ 150 milhões, com prazo de vencimento de 25 anos. A operação será avalizada pelo Tesouro Nacional e a Prefeitura terá de acrescentar uma contrapartida de US\$ 100 milhões.

Esses financiamentos integram a dívida contratual. O total corresponde, atualmente, a R\$ 812 milhões. A maior parte desse valor, R\$ 674 milhões, foi renegociada em 1993, com prazo de 25 anos. Havia atrasados e decidiu-se consolidar o débito. O problema foi discutido com o governo federal, o assunto se resolveu por meio da Lei nº 8.727 e o Banco do Brasil entrou como financiador.

O alívio financeiro da Prefeitura, como o de muitos Estados, tem dependido principalmente do governo central. A Lei nº 8.727 é apenas parte da solução. A rolagem da dívida mobiliária, formada por títulos do Tesouro Muni-

pal, é outro componente. Uma terceira forma de intervenção é a troca de títulos municipais por papéis do Banco Central (BC), mais fáceis de girar no mercado. O BC já substituiu por letras de sua emissão papéis municipais no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Troca de papéis — Os títulos do Tesouro Municipal servem de garantia ao BC, enquanto a Prefeitura usa os papéis federais para uma rolagem mais barata. Até o fim do ano, segundo o secretário, espera-se ampliar a substituição para o total de R\$ 3,3 bilhões. Se houver a troca de todos esses papéis, a Prefeitura poderá economizar de juros cerca de R\$ 75 milhões, num ano. O valor economizado, segundo o secretário, só poder ser usado para reduzir a dívida. Mas a rolagem facilitada pela União permite investimentos, ou quaisquer outros gastos, que de outra forma não seriam possíveis.

Enquanto a aceitação dos papéis federais serve para aliviar Estados e municípios, a operação de socorro amplia o débito da União. Dos R\$ 151,3 bilhões de títulos federais fora do BC, em maio, R\$ 28,8 bilhões correspondiam a Letras do Banco Central, série especial, emitidas para ajudar a rolagem dos papéis estaduais e municipais.

O BC desconsidera essas letras, ao calcular a dívida mobiliária efetiva, mas isso não faz diferença: para o mercado, a dívida é federal e deve ser contada quando se avalia a saúde financeira da União. Ao contrário de Cyrano de Bergerac, o BC tem de agir ostensivamente para a substituição produzir resultado, e isso tem custo.

**IDEIA É
REFINANCIAR
PELO MENOS
PARTE DO
DÉBITO COM
EMPRÉSTIMOS
EXTERNOS**